

# ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(De harmonia com a alínea d) do nº 7 do artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE**

Ano

**2018**

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Vida remanescente	Visto do TC		Finalidade do emp.	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de dezembro	Amortizações médias
						número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de mora				
<b>Curto prazo (b)</b>																				
<b>Banco Santander Totta:</b>									1 506 359,82	1 321 559,83			727 559,83	0,00	727 559,83			1 233 559,83	506 000,00	0,00
Contrato abertura crédito no âmbito do Protocolo FSE/Linha de Crédito ("o Protocolo"), entre o BANIF, DREQP e A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolv. Ribeira (44%)		14-03-14	3,4	3	0,4			(N)	1 506 359,82	1 321 559,83	0,00	0,00	727 559,83	0,00	727 559,83			1 233 559,83	506 000,00	0,00
<b>Total...</b>									1 506 359,82	1 321 559,83			727 559,83	0,00	727 559,83			1 233 559,83	506 000,00	0,00
<b>Médio e longo prazos (b)</b>																				
<b>Empréstimos Bancários:</b>																				
<b>Banco Santander Totta:</b>									2 729 505,07	2 237 508,61			98 598,99	8 278,67	106 877,66			1 046 928,37	948 329,38	108 451,63
Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	24-09-02	30-10-02	25	15	10	230	25-11-02	(I) 4.2)	1 234 079,28	1 234 079,28	4,50	4,50	56 789,41	4 632,68	61 422,09			624 842,97	568 053,56	62 484,30
Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	12-11-02	29-11-02	25	16	9	243	10-12-02	(I) 2)	811 900,12	811 900,12	4,15	4,15	33 829,20	2 848,86	36 678,06			338 291,32	304 462,12	37 587,92
Financiamento 20% 48 fogos R.Peixe	12-11-02	29-11-02	25	15	10	242	10-12-02	(I) 2)	683 525,67	191 529,21	4,15	4,15	7 980,38	797,13	8 777,51			83 794,08	75 813,70	8 379,41
<b>Banco Comercial Português:</b>									1 880 000,00	1 548 799,71			57 007,31	21 138,02	78 145,33			1 152 674,66	1 095 667,35	67 804,39
Financiamento de 40% 26 fogos R.Peixe nos termos DL 110/85 de 17 Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro-Parte da SRTSS	07-06-10	30-06-10	25	8	17	84	28-09-10	(N)	1 300 000,00	1 037 388,99	3,16	3,16	40 221,21	15 549,55	55 770,76			850 524,63	810 303,42	50 030,86
Financiamento de 20% 26 fogos R.Peixe - Parte dos Capitais Próprios	07-06-10	30-06-10	25	8	17	83	04-10-10	(N)	580 000,00	511 410,72	3,16	3,16	16 786,10	5 588,47	22 374,57			302 150,03	285 363,93	17 773,53
<b>Banco Português de Investimento:</b>									4 713 761,04	2 429 803,49			98 356,50	2 498,64	100 855,14			1 032 764,99	1 118 865,94	115 108,82
Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	24-09-02	25-10-02	25	16	9	204	06-11-02	(I) 4.2)	543 057,31	543 057,31	4,06	4,06	23 231,22	552,08	23 783,30			234 850,00	211 618,78	26 094,44
Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	12-11-02	21-11-02	25	15	10	236	28-11-02	(I) 4.2)	1 702 288,73	1 702 288,73	3,90	3,90	75 125,28	1 878,09	77 003,37			797 914,99	722 789,71	79 791,50
Financiamento de obras previstas no PPI para 2018	14-12-17	07-03-18	20	0	20	15	01-06-18	(N)	2 468 415,00	184 457,45	1,52	1,52	0,00	68,47	68,47			0,00	184 457,45	9 222,87
<b>Caixa Geral de Depósitos:</b>									5 341 057,00	5 318 850,50			256 375,93	41 789,60	298 165,53			4 245 338,13	3 988 962,20	251 694,22
Habitação (50%) das 6 habitações unifamiliares - Loteamento de SªLuzia	17-06-97	26-02-98	25	19	6	502	20-02-98	(I) 4.1)	95 514,81	87 374,42	3,65	2,10	4 071,72	108,28	4 180,00			28 837,40	24 765,68	4 806,23
(Idem 16 Fogos)	22-06-99	11-11-99	25	17	8	352	27-05-99	(I) 4.1)	256 771,18	242 705,07	1,75	1,70	10 816,17	261,12	11 077,29			92 942,12	82 125,95	11 617,77
Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos(10 Dorna e 29 RPeixe), nº 9 do artigo 33º da LOE/06	19-12-06	31-05-07	25	11	14	165;34;71	7;19-07-07	(I) 16)	1 552 056,28	1 552 056,28	3,90	3,90	64 957,32	0,00	64 957,32			925 642,04	860 684,72	66 117,29
Financiamento Cap.Próp.valor aquisição dos fogos já construídos(10 Dorna e 29 RPeixe), nº 9 do artigo 33º da LOE/06	19-12-06	01-03-07	25	11	14	164;33	7;02-04-07	(I) 16)	334 236,73	334 236,73	3,87	3,87	14 532,04	0,00	14 532,04			207 081,38	192 549,34	14 791,53

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Vida remanescente	Visto do TC		Finalidade do emp.	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de dezembro	Amortizações médias
						número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de mora				
Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01, de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos	30-12-08	16-02-09	25	9	16	16	25-02-09	(N)	102 478,00	102 478,00	3,02	3,02	4 103,96	265,57	4 369,53			69 782,55	65 678,59	4 361,41
Empréstimo para financiamento da aquisição de prédios para a obra de "Construção da rede viária do Passeio Atlântico" - Cidade da Ribeira Grande	25-06-15	20-07-15	20	3	17	27	06-08-15	(N)	1 500 000,00	1 500 000,00	2,01	2,01	78 947,36	23 352,92	102 300,28			1 421 052,64	1 342 105,28	75 000,00
Empréstimo para conclusão do processo de aquisição de prédios a serem integrados na via pública no âmbito da obra de "Construção da rede viária do Passeio Atlântico" - Cidade da Ribeira Grande.	09-06-16	15-07-16	20	2	18	43; 31	25-07-2016; 18-05-2017	(N)	1 500 000,00	1 500 000,00	1,31	1,31	78 947,36	17 801,71	96 749,07			1 500 000,00	1 421 052,64	75 000,00
<b>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo:</b>									830 591,90	816 570,63			35 500,00	4 249,25	39 749,25			585 820,63	550 320,63	36 613,79
Financiamento do valor dos capitais próprios na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	30-12-08	13-01-09	25	9	16	6	20-01-09	(N)	830 591,90	816 570,63	6,18	6,18	35 500,00	4 249,25	39 749,25			585 820,63	550 320,63	36 613,79
<b>Caixa Económica da Misericórdia de Angra:</b>									2 000 000,00	2 000 000,00			0,00	2 072,84	2 072,84			198 772,13	2 000 000,00	133 333,33
Financiamento da obra de construção do S.B. Frente Mar da Cidade da Ribeira Grande	27-04-17	04-05-17	15	1	14	3	18-05-17	(N)	2 000 000,00	2 000 000,00	1,23	1,23	0,00	2 072,84	2 072,84			198 772,13	2 000 000,00	133 333,33
<b>Estado Português (DGTF):</b>									2 849 782,36	2 807 314,03			363 744,38	20 882,88	384 627,26			1 258 721,94	894 977,56	494 680,49
PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	16-06-09	11-08-09	10	9	1	98	14-08-09	(N)	800 000,00	800 000,00	1,14	1,14	160 000,00	0,00	160 000,00			240 000,00	80 000,00	240 000,00
PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	25-09-12	16-11-12	10	6	4	85	13-12-12	(N)	2 049 782,36	2 007 314,03	1,96	1,96	203 744,38	20 882,88	224 627,26			1 018 721,94	814 977,56	254 680,49
<b>Total...</b>									21 851 057,19	18 480 406,80			1 637 142,94	100 909,90	1 738 052,84			10 754 580,68	11 103 123,06	1 207 686,67
<b>Limite de endividamento...</b>													1 345 810,20	89 831,66	1 435 641,86			7 420 384,38	8 060 259,50	

(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.

(b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.

(c) Utilizar (I), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.

2) Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)

4.1) Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)

4.2) Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)

9.1) Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º da LOE/2000)

15) Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da LOE/2006

16) Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º da LOE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)

ORGÃO EXECUTIVO  
Em .... de .....de  
.....

ORGÃO DELIBERATIVO  
Em .... de .....de  
.....